

A Hora da Cidade: política urbana, lazer e turismo para a cidadania

Mozart Fazito, CET/UnB¹
Barbara Rodrigues, CDS/UnB²
Luiz Spiller Pena, CET/UnB³

Resumo

As cidades foram transformadas em mercadoria em nome da modernização turística e, vistas como áreas turísticas, passaram a ter um ciclo de vida, em que renda e riqueza são as variáveis que determinam o seu 'sucesso'. Logo, os setores que ditam as regras das cidades começaram a entender o turismo como algo inerentemente bom, um vetor de desenvolvimento, apoiados pela ideia de que o turismo é uma "indústria limpa", que gera emprego e renda, e, portanto, deve ser apoiado. As capitais nordestinas demonstraram adotar esta forma de modernização, tendo o turismo obtido um papel fundamental para o fomento desse novo modelo de cidade. Foram identificadas alterações urbanas que se seguiram aos investimentos públicos, como o aumento do número de condomínios fechados para turismo de segunda residência, revitalização de área urbana degradada com atividades de turismo e lazer, e reconfiguração de áreas litorâneas. Entretanto, a literatura e as evidências empíricas, em estudos de casos, mostram o aumento de sérios impactos negativos nos mesmos locais e em seu entorno, que surgem como consequência dessa reconfiguração especial. Com o objetivo de avaliar o processo de desenvolvimento urbano nas capitais nordestinas, este trabalho explora a variação da taxa de homicídios e outros índices de violência e a variação da renda per capita. A partir de ampla revisão bibliográfica e análise dos dados secundários, a pesquisa encontrou que o potencial principal do turismo nas cidades não pode ser, exclusivamente, o de fomentador de emprego e renda, e defende que para se minimizar os impactos negativos do turismo, sua noção deve ser ampliada para aquela que compreende o turismo como um fenômeno do tempo livre, do lazer, e não do mercado.

Palavras-chave: turismo, desenvolvimento urbano, violência, Região Nordeste.

1. Introdução

Altamente perecível, o turismo e o lazer se tornaram produtos típicos da pós-modernidade (MOWFORTH; MUNT, 2009). Marcada pela fluidez e ampliação da frequência e magnitude dos fluxos inter-regionais (BAUMAN, 2001; THORNLEY; RYDIN, 2002), a pós-modernidade é marcada pelo fenômeno que Harvey (1989) chamou de compressão espaço-temporal. As cidades foram transformadas em mercadoria em nome da modernização turística (FAZITO, 2015) e, vistas como áreas turísticas, passaram a ter um ciclo de vida (BUTLER, 1980). Os cidadãos das metrópoles contemporâneas foram instados a acreditar que a melhor escolha para se atingir o bem-estar social seria pelo 'progresso material individual' e, assim, torna-se natural se ter um comportamento competitivo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Ao seguir os paradigmas de desenvolvimento dominantes, a cidade se tornou um negócio, em que renda e riqueza são as variáveis que determinam o seu 'sucesso'. No bojo das cidades 'neoliberais', que reconfiguram as relações entre o capital, Estado e

¹ Prof. Adjunto, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília – CET/UnB

² Mestranda em Desenvolvimento Sustentável – CDS/UnB

³ Prof. Adjunto, Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília – CET/UnB

sociedade, ou, 'corporativas', que interessam ao Estado e às corporações, há o reflexo de uma urbanização igualmente corporativa (SANTOS, 1993; VAINER 2013). A lógica da concorrência tem um papel fundamental na construção dessa racionalidade, já que estende a noção de competitividade individual para a competição entre localidades, que disputam entre si qual recebe mais turistas e qual gera mais receita a partir das atividades de lazer. As diretrizes do Ministério do Turismo, por exemplo, são profundamente voltadas a expandir a competitividade dos destinos (BRASIL, 2010). Logo, os setores que ditam as regras das cidades começaram a entender o turismo como algo inerentemente bom, um vetor de desenvolvimento, apoiados pela ideia de que o turismo é uma "indústria limpa", que gera emprego e renda, e, portanto, deve ser apoiado (HALL, 2008).

Como objeto de estudo desta pesquisa, as capitais nordestinas demonstraram adotar essa forma de modernização, tendo o turismo obtido um papel fundamental para o fomento desse novo modelo de cidade. O Nordeste recebeu pelo PRODETUR-NE, nos últimos 20 anos, um total de USD 1,014,100,000.00 (ZYMLER, 2003), que foram principalmente direcionados à expansão e à modernização das estruturas de suporte ao turismo (BENI, 2006). Foram identificadas alterações urbanas que se seguiram aos investimentos públicos, como o aumento do número de condomínios fechados para turismo de segunda residência (DEMAJOROVIC et al., 2011; FONSECA, 2012; FAZITO; LOCATEL, 2015), revitalização de área urbana degradada com atividades de turismo e lazer, seguindo o modelo Barcelona (GONZÁLEZ, 2011; SILVA, 2002), e reconfiguração de áreas litorâneas (LOCATEL, 2012); esses são exemplos que demonstram o protagonismo do turismo na reconfiguração do espaço urbano de cidades litorâneas. Entretanto, a literatura e as evidências empíricas, em estudos de casos, mostram o aumento de sérios impactos negativos nos mesmos locais e em seu entorno, que surgem como consequência dessa reconfiguração espacial – a se ressaltar os recentes movimentos anti-turismo de Barcelona.

Toda a reconfiguração de áreas para o turismo e o lazer faz delas o teatro de conflitos, dentre os quais é possível identificar a segregação socioespacial, inflação e gentrificação, e a consequente proliferação de favelas, entre outros problemas (FAZITO; LOCATEL, 2015; SILVA, 2010; SMITH, 2002; YAZIGI, 2001). Um urbanismo carente de inovação, ou de um planejamento democrático desses espaços, proporciona a voracidade do consumo dos espaços urbanos, que por sua vez propicia o contraste da frustração e da pobreza e o desvinculamento ético dos indivíduos que, posicionados no anonimato, inclusive do seu direito à cidade, manifestam os chamados comportamentos "antissociais", tornando a criminalidade uma consequência óbvia do crescimento urbano (WILHEIM, 1976).

Com o objetivo de avaliar o processo de desenvolvimento urbano nas capitais nordestinas, este trabalho explora a variação da taxa de homicídios e outros índices de violência e a variação da renda *per capita*. Os números demonstram que, ao mesmo tempo em que houve um aumento na renda e em investimentos, ocorreu um aumento considerável nos índices de violência (à exceção do Recife, cujos índices já eram muito altos, e requer um estudo mais aprofundado), o que evidencia a necessidade de uma atenção maior aos fundamentos do desenvolvimento dessas sociedades, já que neste formato, essas cidades se distanciam da civilização e se aproximam da barbárie. Em cidades turísticas, faz-se necessário um estudo que aprofunde o entendimento do papel do turismo e do lazer no desenvolvimento urbano.

Este é um trabalho em andamento, que já aponta para algumas considerações relevantes para sua continuidade. A partir de ampla revisão bibliográfica e uma análise dos dados secundários das cidades de Natal e Recife, a pesquisa encontrou que o potencial principal do turismo nas cidades não pode ser, exclusivamente, o de fomentador de emprego e renda. Com a sua capacidade de reconfiguração dos espaços urbanos atual, o turismo demonstra ainda estar refém do processo de mercantilização das relações sociais (DARDOT; LAVAL, 2016), o que esvazia seu potencial de contribuir para além de metas financeiras. A pesquisa aponta também para a necessidade de se aprofundar a produção de pesquisas de cunho subjetivo, que tentam entender não apenas as relações entre violência e a reconfiguração dos espaços em função de atividades econômicas de turismo e lazer, mas também a natureza da construção do medo da criminalidade (JACKSON; GOUSETI, 2014) nesses espaços. A próxima seção explora as possibilidades de Natal e Recife como estudos de caso críticos.

2. Natal e Recife como Estudos de Casos Críticos

A discussão acerca do desenvolvimento sustentável das cidades ganha cada vez mais evidência no cenário global. A ONU estima que a população que vive em espaços urbanos já ultrapassa a população rural, e contava, em 2016, com aproximadamente quatro bilhões de indivíduos (UNDP, 2016). A organização também chama atenção para a necessidade de gerir esses espaços de forma sustentável, já que se estima que até 2050 esse número aumentará para 6,5 bilhões de pessoas (UNDP, 2017). Por isso, “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” foi definido como um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, presente na Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Enquanto existe esse ideário construído em torno de estratégias urbanas sustentáveis, a realidade ainda mostra uma fragilidade na implementação e gestão de projetos bem-sucedidos. Dada a complexidade do ambiente urbano brasileiro, com seu processo de modernização acompanhado de forte exclusão social, os problemas existentes se tornam alvo de discursos e políticas que falham em suprir as necessidades da “cidade real” (MARICATO, 1996).

Dentre esses problemas, um dos que mais se destaca no cotidiano brasileiro é o fenômeno da violência. Na contramão das expectativas da ONU, o Brasil apresenta um crescimento no número de homicídios ao longo dos últimos anos (Gráfico 1), o que, assim como destacado pelo Atlas da Violência (2017), reforça a necessidade de políticas que assegurem a contenção desse avanço.

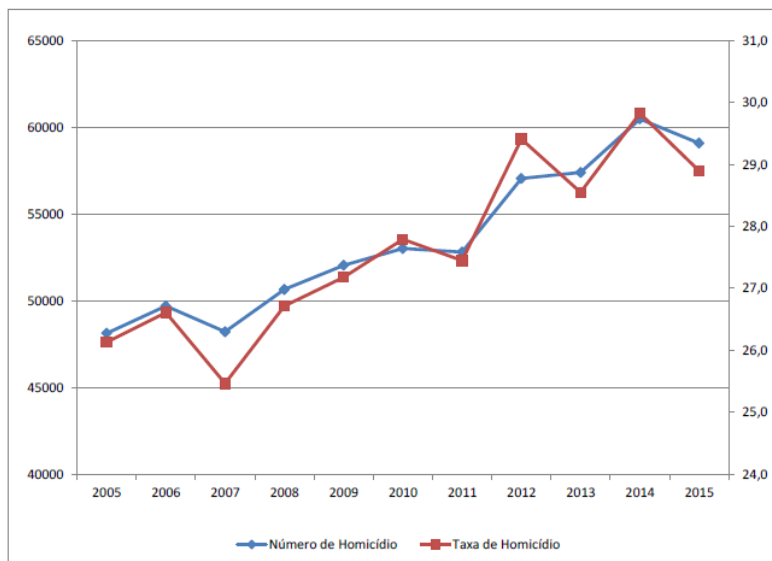


Gráfico 1) Homicídios no Brasil, de 2005 a 2015
Fonte: Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2017)⁴

Ao analisar as regiões brasileiras é possível perceber que a Região Nordeste, ultrapassou as demais regiões em taxa de homicídios, como apresentado no Gráfico 2. Esses dados condizem com o estudo da ONG Sociedad, Justicia y Paz, que, de 2010 a 2016, traz as cidades nordestinas no ranking das cidades mais violentas do mundo (SOCIEDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2017, 2016, 2015, 2014, 2013, 2012).

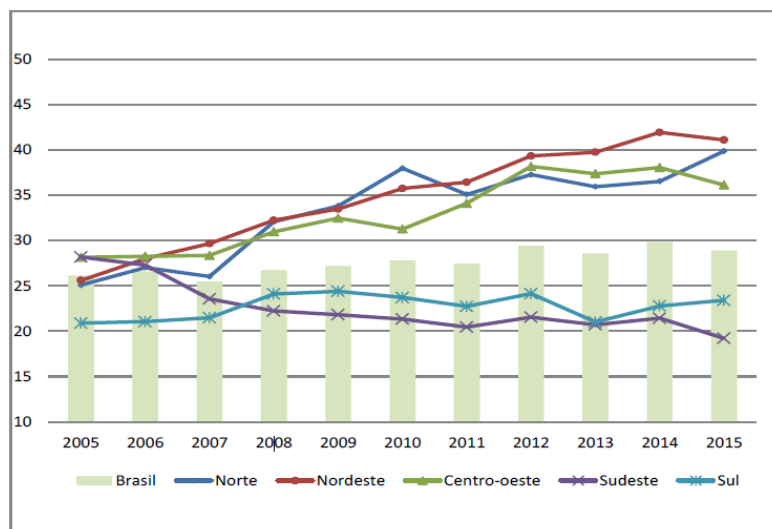


Gráfico 2) Taxa de Homicídios nas Regiões Brasileiras e no Brasil, de 2005 a 2015
Fonte: Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2017)

⁴ O IPEA considera em seu cálculo os óbitos por residência na categoria CID 10: X85-Y09 (agressão) e Y35-Y36 (intervenção legal), com base no IBGE/Diretoria de Pesquisas - Coordenação de População e Indicadores Sociais, a Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e SIM/Dasis/SVS/MS.

Na última década, Natal presenciou um aumento repentino das suas taxas de criminalidade. Em 2011 e 2012, Natal não se encontrava na lista das 50 cidades mais violentas organizada pela ONG Seguridad, Justicia y Paz, ingressando em 2013 já na 12ª posição, como a 4ª cidade mais violenta do Brasil. Nas últimas edições, Natal subiu gradativamente para a 10ª posição em 2016, com uma taxa de homicídios de 69,56, tornando-se a cidade mais violenta do país (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ, 2017). Esse cenário é corroborado pelos dados da Secretaria de Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, que mostra o crescimento das taxas de homicídio de 1996 a 2013, que acompanha a sua Região Metropolitana, mas segue de forma considerável acima dos números do Rio Grande do Norte, da Região Nordeste e do Brasil, como apresentado no Gráfico 3 a seguir.

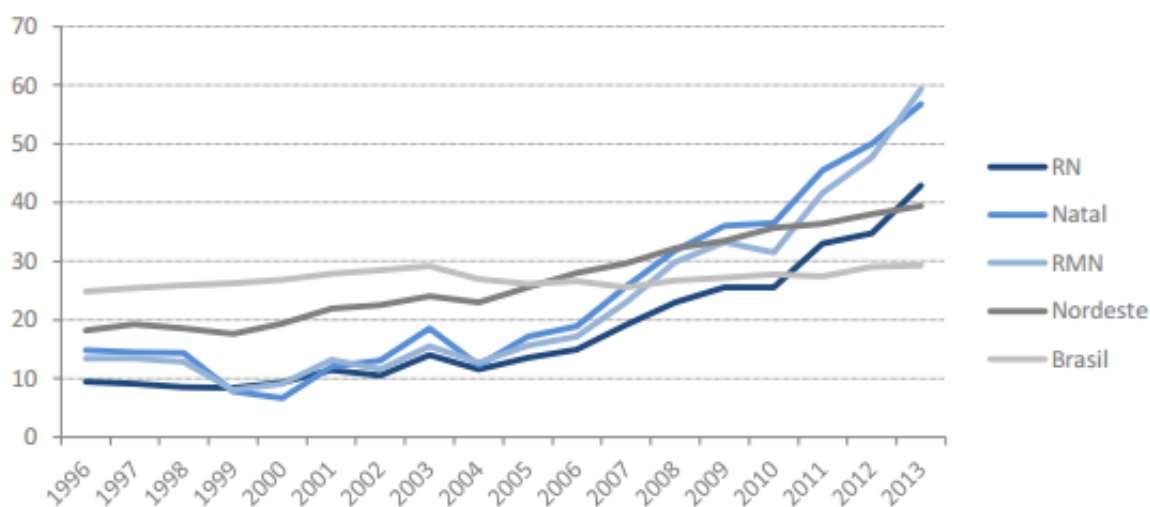


Gráfico 3) Evolução das taxas de homicídio 1996 – 2013: RN, Natal, RMN, Região Nordeste e Brasil

Fonte: RATTON; NESP/UPFE, 2015 com base no DATASUS/MS

O diagnóstico ainda aponta para a preocupação em relação às taxas estarem acima do recomendado pela ONU, em especial a partir de 2008. Ele também sinaliza alguns problemas ligados ao investimento no setor de segurança pública e sugere que a principal causa desse cenário é “a ausência de política pública de segurança no estado do Rio Grande do Norte” (RATTON; NESP/UPFE, 2015). Ao captar a percepção de atores inseridos nesse ambiente, ele relata que “a segurança pública nunca foi vista como prioridade no estado, inexistindo a percepção de segurança pública como política pública de gestão integrada” (RATTON; NESP/UPFE, 2015).

Como exemplo de política pública de gestão integrada, é possível identificar o processo de revitalização do Centro Histórico de Natal (com foco nos bairros Cidade Alta e Ribeira), que participou do PAC Cidades Históricas. Com o objetivo de preservar o patrimônio histórico-cultural e promover o turismo no local, o projeto presenciou uma série de contratempos que fizeram com que sua execução não se convertesse em benefícios suficientes para a população local, entre eles a insuficiência de recursos, a descontinuidade das políticas de governo, a burocracia e ausência de recursos humanos, a inviabilidade dos projetos, entre outros (MORAIS, 2016). Aqui entende-se

o conceito de política pública como tudo aquilo que os governos fazem ou deixam de fazer (HALL, 2008), de forma que não se pode eximir as instâncias que fazem a gestão urbana de Natal de responsabilidade pelo que deixaram de fazer, levando ao aumento da percepção de insegurança e das taxas de criminalidade, culminando com a crise penal do final de 2016 e a necessidade da ocupação das ruas pelo Exército Brasileiro.

Diferente de Natal e das demais capitais nordestinas, o Recife vivenciou um movimento contrário a partir de 2006. Quando comparado com as taxas de homicídios do Brasil, da Região Nordeste e de Pernambuco, entre 2006 e 2015, Recife apresenta um declínio mais acentuado do que o seu estado (Gráfico 4). Ainda assim, sua taxa de homicídios em 2015 (35,9) ainda se encontra maior do que a taxa brasileira (28,8).

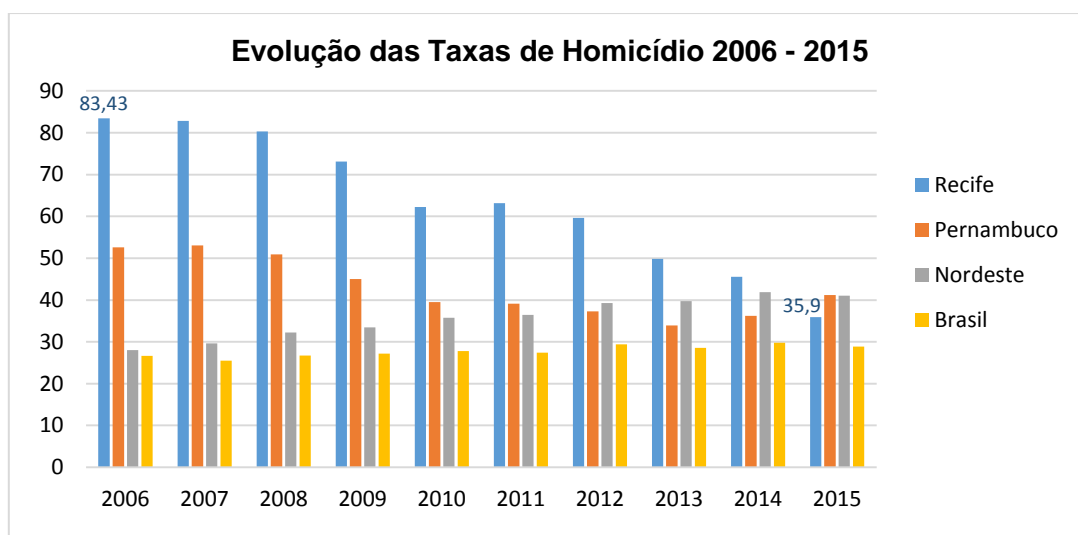


Gráfico 4) Evolução das taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) em Recife, Pernambuco, Região Nordeste e Brasil entre os anos de 2006 e 2015
Fonte: Atlas da Violência (IPEA; FBSP, 2017)

Entretanto, ao analisar os índices de violência utilizados pelo governo do estado de Pernambuco, que são: Crimes Violentos ao Patrimônio (CVP), que abrange roubos e furtos consumados e extorsões mediante sequestro, e Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), que considera os homicídios dolosos, o roubo seguido de morte ou latrocínio, as lesões seguidas de morte e as mortes suspeitas (MENDONÇA, 2014); é possível perceber uma variação a partir de 2013, como mostra o Gráfico 5. Somado a isso, na última edição do ranking da ONG mexicana Seguridad, Justicia y Paz (2017), a capital se encontra na 28ª posição, após apresentar nos anos anteriores posições mais baixas (32º em 2011, 30º em 2012, 39º em 2013, 29º em 2014 e 37º em 2015).

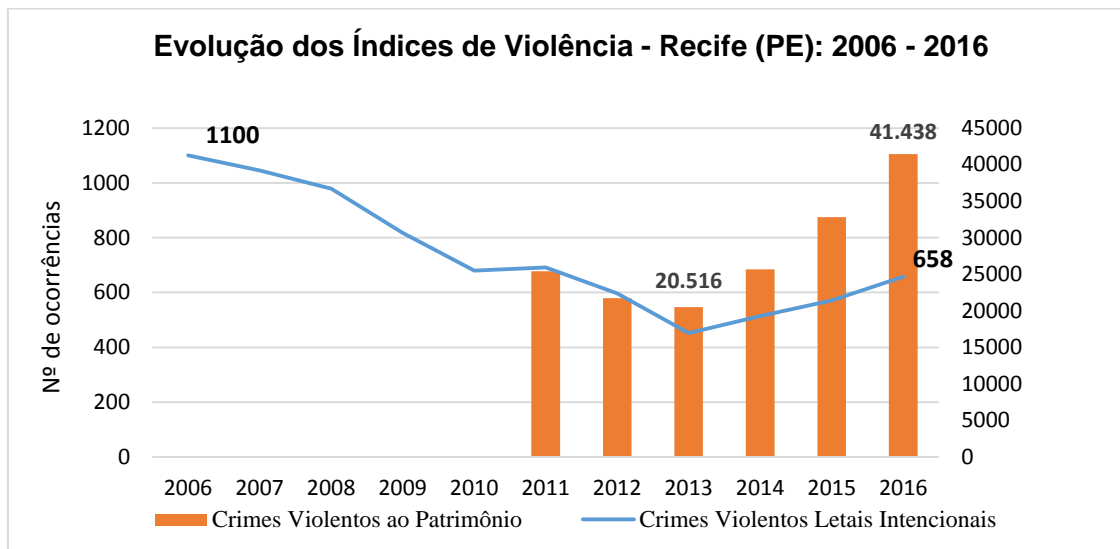


Gráfico 5) Evolução dos Índices de Violência em Recife (PE), de 2006 e 2014
Fonte: Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (2017)⁵

Os créditos dessa diminuição são direcionados, em primeiro momento, ao programa Pacto Pela Vida, implementado a partir de 2007 no estado de Pernambuco (SEPLAG, 2017). Com foco na prevenção da violência, e não na repressão, o programa contou com atividades integradas com diferentes secretarias, o Ministério Público e o Poder Legislativo, sendo as ações gerenciadas pela Secretaria de Planejamento, e não de Segurança, como o comum nessas políticas (WORLD BANK, 2013).

Ao longo do mesmo período, ocorreram ações de revitalização de espaços públicos para fins de modernização, como a revitalização do bairro Recife Antigo, centro histórico da cidade. Somente na última década, o bairro Recife Antigo recebeu mais de R\$ 90 milhões em investimentos pelo projeto Porto Digital, iniciado em 2000, para “renovação urbana” (PORTO DIGITAL, 2017). Ao mesmo tempo que a infraestrutura é otimizada para o aumento da atratividade local, e consumo do/no espaço, os cidadãos e turistas podem fazer uso dessa melhoria.

Outras ações de revitalização urbana foram propostas e realizadas na cidade. Dessas, atualmente, está em análise no Conselho Municipal o projeto de revitalização do bairro Santo Amaro, localizado no centro de Recife (CONSELHO DA CIDADE DE RECIFE, 2017). Assim como a revitalização do Cais José Estelita, local de um dos principais conflitos da cidade. Com a intenção de construir um conjunto de prédios de cerca de 40 andares na frente d’água, o Projeto Novo Recife, está em processo de revisão pelos seus organizadores devido à forte oposição da sociedade civil, que fundou o movimento *Ocupe Estelita*, contrários à forma como o Projeto pretende ocupar a região, e aos impactos que podem ocorrer (LYRA, 2015).

⁵ Existem falhas na produção e na disponibilidade de dados secundários no cenário brasileiro, o que acarreta nas lacunas temporais presentes no Gráfico 4. O índice “Crimes Violentos ao Patrimônio” só começou a ser sistematizado e divulgado a partir de 2011.



Estudos de caso locais (LACERDA, 2007; LEITE, 2006; MENEZES, 2015; SANTOS, 2013; SOUZA; LAPA, 2015) que mostram que os processos de revitalização no Recife Antigo não foram tão benéficos para a população local, já que moradores foram expulsos do bairro, dando lugar a empreendimentos turísticos (hotéis e restaurantes), e a ação foi desvirtuada para a lógica de consumo de alta renda. Dessa forma, o espaço urbano é esvaziado, e, refém da sazonalidade característica do turismo, perde o movimento constante necessário para que a cidade se mantenha viva (JACOBS, 2011).

Assim, a pesquisa aponta para a necessidade de se compreender, de forma mais consubstanciada, essa relação de duas vias entre a reconfiguração dos espaços públicos em função do turismo e do lazer, e a variação de índices de criminalidade e a percepção dessa criminalidade.

3. Reflexões para Futuras Ações de Pesquisa

Este trabalho demonstra que a forma como as cidades têm sido governadas, especialmente as cidades nordestinas, levaram-nas a atingirem o sucesso prometido em termos de expansão de renda na última década. Entretanto, ao mesmo tempo, as manifestações de 2013 demonstraram insatisfação das pessoas com os serviços urbanos em várias cidades do país. O progresso capitalista é gerador de um lado destrutivo do desenvolvimento (COWEN; SHENTON, 2005) que, entre outras coisas, produziu variações consideráveis nos índices de criminalidade e a percepção da violência nas capitais do Nordeste brasileiro. Para Escobar (1995), a imposição da modernização é normalmente seguida de violência.

Seguindo os preceitos da modernização turística – de promover modernização onde a indústria tradicional não chega (FAZITO, 2015) – Natal e Recife vivenciaram exemplos de reconfiguração urbana em função de atividades econômicas relacionadas a lazer e turismo. Porém, as ações não produziram resultados em termos mais amplos de desenvolvimento humano. Uma visão mais rica do papel do lazer e do turismo nas cidades demonstra que podem contribuir para o resgate do afeto das pessoas ao seu espaço (RIBEIRO; SANTOS, 2008), para expandir programas de educação ambiental, de respeito ao patrimônio, com o fortalecimento da sensação de pertencimento (MMA, 2004; PEDRINI et al., 2010; PERINOTTO, 2008), de troca de culturas, de fortalecimento da soberania e de construção da paz (MOUFAKKIR; KELLY, 2010).

Portanto, a pesquisa defende que para se minimizar os impactos negativos do turismo, sua noção deve ser ampliada para aquela que compreende o turismo como um fenômeno do tempo livre, do lazer, e não do mercado. A questão que permanece é o mote usual dos estudos urbanos: como ultrapassar o desafio da aplicabilidade das teorias construídas? Aponta-se, assim, para a necessidade de estudos sobre sistemas de governança urbana que sejam capazes de incorporar e implementar visões mais ricas do papel do turismo e do lazer no desenvolvimento urbano.



Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENI, M. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BOLTANSKI, L., CHIAPELLO, É. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional - Relatório Brasil 2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BUTLER, R. The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution and Implications for Management of Resources. **The Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5–12, 1980.
- CONSELHO DA CIDADE DE RECIFE. **Agenda**. Disponível em <<http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/>> Acesso em 09/09/2017.
- COWEN, M.; SHENTON, R. **Doctrines of Development**. London; New York: Routledge, 2005.
- DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMAJOROVIC, J. et al. Complejos Turísticos Residenciales: análisis del crecimiento del turismo residencial en el Mediterráneo español y en el Litoral Nordesteño (Brasil) y su impacto socioambiental. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 772–796, 2011.
- ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- FAZITO, M. Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In: FIGUEIREDO, S.; AZEVEDO, F.; NÓBREGA, W. (Eds.) **Perspectivas Contemporâneas de Análise em Turismo**. Belém: NAEA, 2015.
- FAZITO, M.; LOCATEL, C. **Second Homes Tourism, Land Market and Social Inequalities in the Brazilian Northeastern Coast**. 10 Years CTS: reflections on the road less travelled and the journey ahead. **Anais...** In: INTERNATIONAL CRITICAL TOURISM STUDIES 2015. Opatija: 2015
- FONSECA, M. (ED.). **Segunda Residência, Lazer e Turismo**. Natal: UFRN, 2012.
- GONZÁLEZ, S. Bilbao and Barcelona “in motion”. How urban regeneration “models” travel and mutate in the global flows of policy tourism. **Urban Studies**, v. 48, n. 7, p. 1397–1418, 2011.



HALL, C. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. Essex: Pearson Education, 2008.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity**. Cambridge: Blackwell, 1989.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades** / Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACKSON, J.; GOUSETI, I. Fear of Crime. In: MILLER, J. (Ed.). **The Encyclopedia of Theoretical Criminology**. Nova Iorque: Blackwell, 2014. v. 1.

LACERDA, N. Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646. set./dez. 2007.

LEITE, R. P. Patrimônio e enobrecimento no Bairro do Recife. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.2, p.17-30, maio/out. 2006.

LOCATEL, C. **Impactos Socioambientais do Turismo em Áreas Litorâneas: o caso de Tibau do Sul – Rio Grande do Norte, Brasil**Alicante, 2012.

LYRA, C. #OCUPE ESTELITA: A Resistência Cultural Pelo Direito à Cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, p.93 – 107, set/dez, 2015.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. Estudos Urbanos. Série Arte e Vida Urbana. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MENDONÇA, M. **O dilema da intersectorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011**. Tese de doutorado Universidade Federal de Pernambuco - Recife: 2014.

MENEZES, L. **Habitar no centro histórico: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do Centro Histórico do Recife**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Pernambuco – Recife, 2015.

MORAIS, R. **O que é violência urbana?** 6ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MOWFORTH, M.; MUNT, I. **Tourism and sustainability development and new tourism in the third world**. London [u.a.: Routledge, 2009.

MMA. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**Edições MMA - Ministério do Meio Ambiente, , 2004.

MOUFAKKIR, O.; KELLY, I. (EDS.). *Tourism, Progress and Peace*. Oxfordshire: CABI, 2010.

PEDRINI, A. et al. Educação Ambiental pelo Ecoturismo numa Trilha Marinha no Parque Estadual da Ilha Anchieta, Ubatuba (SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 3, n. 3, p. 429–459, 2010.

PERINOTTO, A. Turismo Pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p. 100–103, 2008.

PORTO DIGITAL. **Revitalização Urbana**. Disponível em <http://www.portodigital.org/parque/historia/revitalizacao-urbana> Acesso em 03/09/2017.

RATTON, J. L.; NESP/UFPE. **Diagnóstico da situação da segurança pública no Rio Grande do Norte: Sumário Executivo do Documento de Trabalho**. Secretaria de Planejamento e Finanças do Rio Grande do Norte- SEPLAN/RN. D, 2015.

RIBEIRO, M.; SANTOS, E. Turismo Cultural como Forma de Educação Patrimonial para as Comunidades Locais. **Itinerarium**, v. 1, p. 1–12, 2008.

SANTOS, R. S. [Re]Ordenação Espacial e Turismo: A Revitalização do Bairro do Recife Antigo. **Revista Rosa dos Ventos** 5(3) 476-484, jul-set, 2013

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SDS), 2017. **Evolução Anual dos Números de Vítimas de CVLI em Pernambuco por Município** – janeiro de 2004 a dezembro de 2016.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SEPLAG), 2017. **Pacto pela Vida**. Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/ppv/pacto-pela-vida>

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2016) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2017.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2015) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2016.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2014) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2015.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2013) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2014.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2012) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2013.

SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ. **Metodología del ranking (2010) de las 50 ciudades más violentas del mundo**. México, 2012.



SOUZA, L.; LAPA, T. O processo de revitalização e atividade turística no “Bairro do Recife” (Recife, Pernambuco, Brasil): interposições ao desenvolvimento humano no contexto das teorias das cidades sustentáveis e da Conservação Integrada. **Turismo & Sociedade** (ISSN: 1983-5442). Curitiba, v. 8, n. 1, p. 124-144, janeiro-abril de 2015.

SILVA, A. **O Litoral e a MetrÓpole: dinâmica imobiliária, turismo e expansão urbana na região metropolitana de Natal-RN**. PhD Thesis—Natal: UFRN, 2010.

SILVA, H. **Revitalização Urbana de Centros HistÓricos: uma revisão de contextos e propostas: a Ribeira como estudo de caso**. Natal: UFRN, 2002.

SMITH, N. New Globalism, New Urbanism: gentrification as global urban strategy. **Antipode**, p. 427–450, 2002.

THORNLEY, A.; RYDIN, Y. **Planning in a Global Era**. Hampshire: Ashgate Publishing, Ltd., 2002.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). A new urban paradigm: pathways to sustainable development. **Policy in Focus**. Volume 13, Issue No. 3 • December, 2016.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Goal 11: Sustainable Cities and Communities**. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/sustainable-development-goals/goal-11-sustainable-cities-and-communities.html>>. Acesso em: 19/08/17

WORLD BANK, 2013. **Brasil: Pernambuco aposta em programa inovador para combater o crime**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/feature/2013/11/21/Brazil-Pernambuco-pacto-vida-program-curbs-homicide-rates-crime>>. Acesso em: 23/03/17

YAZIGI, E. **Civilização Urbana: planejamento e turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.

ZYMLER, B. **Relatório do Ministro Relator**. Tribunal de Contas da União, 2003. Acesso em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9285BE1F080A>